

Assessor de Bresser ameaça

quinta-feira, 17/9/87 □ 1º caderno □ 13

credor mas volta atrás

BRASÍLIA — O secretário de Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda, Yoshiaki Nakano, declarou ontem que o Brasil poderá suspender o pagamento dos juros das linhas de curto prazo — que sustentam o comércio exterior brasileiro e as agências bancárias no exterior — se os créditos brasileiros forem desclassificados no dia 26 de outubro nos Estados Unidos. Nakano disse em seguida que a afirmação não era uma ameaça.

A declaração de Nakano — normalmente avesso a entrevistas — instaurou uma considerável confusão no governo. Ao final da noite o assessor de imprensa do Ministério da Fazenda, Francisco Baker, procurou os jornais para transmitir a informação de que Nakano garantia não ter dito exatamente isto. Ele teria dito, segundo a versão oficial do Ministério, que não estava preocupado com a ameaça de rebaixamento dos créditos brasileiros e que não havia perigo de problemas nas linhas de curto prazo.

A essa altura todas as autoridades do governo contatadas para repercussões — como por exemplo o embaixador Marcilio Marques Moreira, em Washington, e o vice-presidente do Banco do Brasil, Adroaldo Moura da Silva — declaravam-se estupefatas com a notícia e negavam-se a fazer maiores comentários antes de esclarecer no governo o teor das declarações de Nakano.

Nakano manteve o seguinte diálogo com os repórteres, em sua sala, no Ministério da Fazenda:

Pergunta — Qual a posição do governo, diante da ameaça de rebaixamento dos créditos?

Nakano — Basta voltar a negociar, que os banqueiros adiam sua decisão de rebaixar os créditos brasileiros.

P — E os riscos que o país correria com a decisão de rebaixar?

Nakano — Existem riscos, mas não tiram o sono do governo e estamos dispostos a correr estes riscos.

P — O Brasil poderia efetuar um pagamento simbólico, para evitar o rebaixamento?

Nakano — Não está nos planos do governo.

P — E o que poderia ser feito?

Nakano — Nós estamos honrando os pagamentos dos empréstimos de curto prazo e, em caso de rebaixamento, o Brasil pode suspender os pagamentos dos juros de curto prazo.

P — Isto é uma ameaça?

Nakano — Não é uma ameaça, temos que manter os pagamentos para garantir estes empréstimos e os bancos também não têm interesses no rebaixamento.

P — Por quê?

Nakano — O rebaixamento é uma decisão política e mesmo os países em pior situação do que

O Brasil não tem recursos suficientes fazendo uma proposta e a retomada das negociações é suficiente para evitar o rebaixamento.

Meia hora depois desta conversa com os repórteres, o secretário foi procurado por alguns jornalistas e voltou atrás em suas declarações. Afirmou que considera muito remota a hipótese de rebaixamento e que, somente nesse caso, o país estudaria que medidas tomar.

Proposta — No próximo dia 25, o governo brasileiro vai apresentar sua proposta de renegociação do serviço da dívida externa que vence em 87 e 88, durante reunião do comitê interino do Fundo Monetário Internacional. O Brasil quer o refinanciamento total dos juros de 87 — 7,2 bilhões de dólares — e de 60% do que vencerem 88, com *spread* (taxa de risco) zero. O principal vencido nesses dois anos será rolado normalmente, segundo Nakano, “porque o objetivo é levar com a barriga, para ganhar tempo”.

Nesta reunião, o governo também deverá propor a renegociação do estoque da dívida, com a emissão de bônus de saída — de longo prazo — com juros fixos que seriam trocados pelos títulos em poder dos credores por seu valor de face, isto é, sem o deságio (desconto), pretendido inicialmente pelo ministro da Fazenda, Bresser Pereira. Nakano explicou que a troca será voluntária e o governo ainda não definiu qual a taxa a ser fixada e nem o prazo.

— A reação dos credores foi negativa, porque eles supunham que a troca seria unilateral — adiantou o secretário, confiante na aceitação da nova proposta.

Nakano acredita no sucesso das negociações, porque a situação da economia mundial impossibilita o cumprimento do sistema convencional, imposto pelo FMI. Segundo o secretário, a dívida total dos países em dificuldades financeiras chega a 1 trilhão de dólares, o que significa o pagamento de 100 bilhões de dólares em juros, ao ano.

— Para pagar este volume de recursos, ou o mercado financeiro refinancia, ou o superávit comercial precisa crescer em níveis compatíveis — disse Nakano.

Ele lembra que a segunda hipótese não é viável porque os países credores têm políticas protecionistas de importação e os países que poderiam comprar, como Itália, Japão, França e Alemanha têm superávits comerciais, o que significa que exportam mais do que importam. “A equação não fecha e o FMI deveria fiscalizar o déficit americano e fazer com que os países com superávits excessivos prestassem recursos para quem tem déficit no balanço de pagamentos”, concluiu.